

CERTEAU, M.  
O lugar do outro: história religiosa e mística  
Petrópolis: Vozes, 2021, 502p.  
ISBN 978-65-5713-120-6

Escrita por um grande historiador, o jesuíta francês Michel de Certeau, a obra que recentemente se tornou acessível ao leitor brasileiro constitui-se de ensaios heterogêneos, escritos entre 1963 e 1981. Nota-se claramente que os escritos foram construídos em uma tessitura particular que atravessa vários saberes, tais como a história, a teologia e a psicanálise, com destaque para a teoria da mística. Os textos escolhidos para a edição, que é adornada com uma bela capa, testemunham a erudição que outorgou ao autor alto grau de reconhecimento pela comunidade acadêmica, que segue demonstrando vivo interesse por sua obra. De modo particular, verifica-se a densidade de seus estudos sobre a história da espiritualidade, especialmente no contexto europeu dos séculos XVI e XVII, dos quais o presente livro constitui notável amostra.

Nesse sentido, é esclarecedora a introdução de Luce Giard, responsável pelo estabelecimento da edição. Segundo ela, Certeau se definia enquanto um “historiador da espiritualidade” (p. 7), dedicando-se vivamente aos seus “exercícios de dissecação epistemológica”, guiado por um “desejo de rigor” e enraizado em uma “exigência ética de veracidade” (p. 9). Em tal conjuntura, a mística foi seu “objeto de estudo predileto e mais profundo, aquele que lhe inspirou incessantes deslocamentos intelectuais, o aspecto centralizador em torno do qual, incansavelmente, a sua reflexão se reorganizava” (p. 14).

A primeira parte, intitulada “Escrever a história”, consta de quatro capítulos. Buscando clarificar certos aspectos da historiografia, especialmente a história religiosa europeia nos séculos XVI e XVII – mas incluindo também o encontro com a América –, a seção começa por investigar as complexas conexões entre o cristianismo e a modernidade na historiografia contemporânea (capítulo 1). Sustentando que “o cristianismo se desloca à medida que se constitui uma modernidade” (p. 27, grifo no original), Certeau discute a ambivalência da significação dos comportamentos religiosos, pois as abordagens sociais, econômicas e culturais passam ao largo da questão sobre o quê, em última análise, seria “religioso” em determinada prática. Em certo sentido, nesses âmbitos “a pergunta não é abordável” (p. 38), uma vez que, “na área religiosa, ela produz um silêncio que não é necessariamente uma ausência da experiência cristã” (p. 39, grifos no original).

Sempre apresentando as complexidades relacionadas à historiografia religiosa,

o autor se volta às pesquisas dedicadas a Jean-Joseph Surin (capítulo 2). Enquanto recupera os traços fundamentais da trajetória deste místico do século XVII, ele argumenta que o que caracteriza um trabalho histórico é a “operação que cria um espaço de signos compatíveis com uma ausência” e que “organiza o reconhecimento de um passado (...) sob a forma de *um discurso organizado por uma presença ausente*; que, através do processamento de materiais atualmente dispersos em nosso tempo, abre na linguagem um lugar e uma referência à morte” (p. 55, grifo no original). Em suma, o texto histórico é uma “*organização* semântica destinada a dizer *o outro*: uma estruturação associada à produção (ou manifestação) de uma ausência” (p. 56, grifos no original).

A reflexão sobre a história continua no estudo sobre os preparativos e as repercussões da obra *A metafísica dos santos*, do historiador Henri Bremond (capítulo 3), que seria incorporada à monumental *História literária do sentimento religioso na França*. A motivação do estudo de Bremond, conforme narra em sua correspondência, é a curiosidade sobre o que significa, essencialmente, a oração (p. 75). O que é rezar? Certas dimensões problemáticas da obra são apresentadas e discutidas, encontrando-se dificuldade para situá-la tanto na filosofia quanto na teologia. Certeau, entretanto, propõe deslocar a discussão, sublinhando, ao final, a indicação de uma “imperceptível angústia” dos jesuítas; nas palavras do próprio Bremond: “Eles formulavam-se a questão de saber se porventura essa fé, ainda quase intacta, não sobreviveria, de alguma forma, à própria religião; se o senso do divino, vivaz apesar de tudo, desde o início do mundo, não ameaçava extinguir-se no âmago da humanidade” (p. 103). Frisando a importância desse questionamento, Certeau sustenta que “a questão que ele considera aberta no século XVII encontra-se perfeitamente formulada em sua obra e continua atual” (p. 104).

Encontra-se ainda uma abordagem sobre história e antropologia em Joseph-François Lafitau, um dos precursores da antropologia social e autor de *Hábitos dos selvagens americanos em comparação com os hábitos dos primeiros tempos* (capítulo 4). À semelhança de um psicanalista que, frente à complexa rede de significantes do analisante, chama sua atenção a um detalhe bem específico (tal como fizera Freud em sua análise da estátua de Moisés esculpida por Michelângelo), Certeau, diante de mais uma obra monumental, concentra-se em um detalhe: a figura que consta no frontispício, representando a escrita e o tempo. Veem-se no chão os vestígios da Antiguidade Clássica e dos ditos selvagens do Novo Mundo, enquanto uma escritora enfrenta o tempo, representado enquanto ancião dotado de asas. Foca-se o olhar ainda mais quando o autor destaca dois objetos que estão próximos, sem jamais se unirem: enquanto a mulher “empunha a caneta que cria texto”, o velho “segura a foice que destrói os seres” (p. 107). Todo o comentário à obra de Lafitau é referendado em torno dessa “aproximação assintótica entre a caneta e a foice, entre a escrita e a morte” (p. 133).

A segunda parte da obra é designada “Aspectos da dimensão religiosa”. Por um lado, investigam-se figuras históricas determinadas; por outro, desenha-se um amplo quadro das correntes francesas de espiritualidade na aurora da modernidade.

Analisa-se a figura de Carlos Borromeu (capítulo 5), cardeal arcebispo dedicado a implementar a reforma tridentina da Igreja entre Roma e Milão. Apresentado enquanto herói da Contrarreforma e modelo de bispo, suas biografias se estendem pelo Ocidente católico. Dentre os elementos destacados pelo historiador, encontram-se a “retórica borromeana” e a “espiritualidade pastoral” (p. 159).

Em seguida, explora-se o tema da reforma do catolicismo na França do século XVI (capítulo 6). As buscas e tentativas reformistas (1500-1540), por meio da disciplina eclesiástica e das variadas orientações de espiritualidade, visavam resgatar as fontes da vida cristã de modo a revivificar a prática religiosa. As reformas (1540-1590) em âmbito católico trazem a marca da valorização dos livros de espiritualidade que tratam da conversão, dos sacramentos e da iniciação à oração.

Voltando-se para a história dos jesuítas (capítulo 7), Certeau aborda a reforma interna no tempo de Claude Acquaviva, o 5º Superior Geral. Com a transformação do universo medieval em que Inácio construíra sua linguagem, a Companhia de Jesus busca uma linguagem própria, estruturando-se mais internamente para enfrentar um risco: “As fórmulas antigas já não garantem o espírito” (p. 194). Após sessenta anos de missão, busca-se um retorno à própria identidade. Por um lado, diante do perigo de uma “expansão para fora”, a Companhia “parece experimentar o *receio de se perder* em sua atividade e de alterar-se na relação com os outros” (p. 197, grifo no original). Por outro lado, em um contexto de desequilíbrio entre os exercícios espirituais e as tarefas apostólicas, verifica-se o risco de que os superiores se ocupem mais com a administração do que com a formação espiritual.

O pensamento religioso na França de 1600 a 1660 (capítulo 8) é o tema explorado a seguir. Os deslocamentos estruturais do lugar da religião na sociedade mostram dois efeitos da laicização no cristianismo francês (católico em sua maioria): o fortalecimento das práticas religiosas e a transformação dos sistemas de pensamento, com crescente diferenciação entre as zonas rurais e as cidades. A instituição deixa de ser decisiva, com foco maior no sujeito e em sua experiência interior.

Acompanhando o movimento de numerosos historiadores que se interessaram pela história do jansenismo, Certeau mostra suas conexões com a figura do abbé de Saint-Cyran (capítulo 9). Ele conclui que o jansenismo é, em primeiro lugar, um tipo de reformismo cristão que “torna evidente uma profunda

ruptura entre o cristianismo e a sociedade circundante” (p. 290). A seriedade das indagações à época continua tendo ampla repercussão na contemporaneidade.

A terceira parte, dedicada ao tema “Mística e alteridade”, inclui variadas perspectivas.

É muito instigante a maneira como se aborda os fundamentos dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola, enquanto espaço do desejo (capítulo 10): “O próprio texto funciona, portanto, como *uma expectativa do outro*, um espaço colocado em ordem pelo desejo. Ele é o jardim construído para um andarilho vindo de alhures” (p. 304, grifo no original). O texto deixa espaço para o diretor, que deixa espaço para o exercitante, que deixa espaço para o desejo que vem do Outro: “Trata-se de um espaço literário que só adquire sentido mediante o desejo do outro” (p. 305).

O título da coletânea aqui resenhada foi retirado do texto dedicado ao ensaio de Montaigne sobre os canibais (capítulo 11). Para o historiador, trata-se de um questionamento sobre o *status* do estrangeiro: qual o lugar do outro? (p. 306). Assim, o ensaísta francês percorre as “três autoridades do discurso” e “descreve também, à semelhança de uma curva, as três condições do testemunho (razão, informação, fidelidade)” (p. 311-312).

Na sequência, aborda-se a política e a mística em René de Voyer de Paulmy, conde d’Argenson (capítulo 12). Ao mesmo tempo em que desenvolvia sua carreira de intendente e embaixador a serviço do rei, escrevia obras espirituais. Mas ele se serve de duas linguagens distintas, “porque o religioso e o profano já representam, em sua própria experiência, dois mundos separados” (p. 365).

Quanto à postura dos magistrados diante dos feiticeiros do século XVII (capítulo 13), mostra-se que uma reorganização social do saber desloca a ênfase do sacerdote para o médico. Em Paris ou nos escalões mais elevados os debates sobre feitiçarias e possessões se tornam cada vez mais políticos, enquanto nas províncias tendem a permanecer doutrinários. Em síntese, “esses magistrados devem decidir, em última instância, diante de bruxas ou possesas, a respeito do que é possível ou não, do que é crível ou não e, finalmente, do que é humano” (p. 386-387).

O livro se conclui com um brilhante texto sobre a mística (capítulo 14), recheado de passagens instigantes. Discutindo seu estatuto moderno, Certeau destaca que é no século XVII que a mística se torna um substantivo, ao qual corresponde o estabelecimento de um domínio específico: “O que é novo, em vez da vida mística – porque ela se inaugura, sem dúvida, nos mais longínquos primórdios da história religiosa –, é o seu isolamento e a sua objetivação” (p. 403-404). Esta situação implicou dois efeitos, perceptíveis nos estudos dedicados aos místicos: a constituição de uma tradição e a “psicologização” dos estados místicos (p. 404-405).

Vê-se, portanto, que as três partes da obra se constroem em torno de três grandes temas, tal como as três notas de um acorde, que dão o tom da obra de Certeau: história, religião e mística. As referências bibliográficas somam o número impressionante de mais de cinquenta páginas, que testemunham adequadamente a amplitude da erudição do autor. A edição conta ainda com um índice onomástico e pode interessar a um leque bastante variado de pesquisadores no âmbito das ciências humanas. Antes de concluir, um agradecimento especial deve ser feito ao meu colega Ronald Lopes, doutorando em história, e ao grupo de estudos “Apophatiké: estudos interdisciplinares em mística”, pela interlocução construída em torno da obra.

***Bruno Pinto de Albuquerque***

Doutorando em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora  
Rio de Janeiro / RJ – Brasil  
E-mail: brunopintodealbuquerque@gmail.com

Recebido em: 30/08/2022

Aprovado em: 08/05/2023